

## Aprovada Guarda armada na Serra

Com 20 votos favoráveis e uma abstenção, a criação de uma nova Guarda Municipal na Serra, agora armada, foi aprovada ontem pelos vereadores da cidade. O projeto, que vai criar 170 vagas para servidores de nível superior com idade entre 18 e 65 anos, recebeu aprovação unânime após cinco meses tramitando na Casa.

"Esse projeto voltou algumas vezes ao Executivo e tivemos pouco tempo para discutir emendas e o próprio texto", afirmou o vereador da oposição Nacib Haddad (PDT), que chegou a apresentar emendas ontem mesmo, no dia da votação.

Das 17 propostas de emenda

apresentadas pelos vereadores, sete foram aprovadas com o texto original. Entre elas, a proposta para que a guarda absorva os servidores que fazem parte da atual força de segurança municipal.

"A maioria das emendas é de adequação de texto, e o Executivo terá de avaliar o que fica e o que será vetado. A população ganhou um presente para cuidar de uma de suas maiores demandas hoje, a questão da segurança", afirmou o vereador da base governista, Guto Lorenzoni (PP).

Os membros da nova guarda serão submetidos a concurso público, e os atuais servidores passarão por nova avaliação.



VEREADORES aprovaram Guarda com 20 votos a favor e uma abstenção

## Vandinho Leite vira assessor de Ricardo

O ex-deputado estadual Vandinho Leite é o novo assessor parlamentar do senador Ricardo Ferreira (PMDB). Ele passará a receber salário de cerca de R\$ 8 mil para tratar da pauta municipalista do peemedebista, diretor de seu gabinete em Vitória.

Vandinho, que se filiará ao PSDB no próximo mês, com o intuito de disputar a Prefeitura da Serra em 2016, está lotado no gabinete de Ricardo desde o último dia 20 e irá receber, além do salário de assessor parlamentar júnior, vale-alimentação de R\$ 800. Segundo ele, o cargo não está ligado à sua ida para o ninho tucano, mas sim à sua proximidade com o senador.

"Somos próximos há muito tempo, e estou entrando para so-

mar", disse o ex-deputado, que já teria convidado Ricardo para entrar em seu futuro partido.

"Já disse a ele que gostaria de vê-lo no PSDB. Tem muito mais a ver", comentou.



VANDINHO vai ganhar R\$ 8 mil

## Suspensa quebra de sigilo

O delegado Rodolfo Laterza, responsável pela Operação Derama, deflagrada em 2013, e convocado em maio deste ano pela CPI da Sonegação dos Impostos da Assembleia Legislativa, conseguiu liminar que impede a quebra de seu sigilo telefônico.

O presidente da CPI, deputado Enivaldo dos Anjos (PSD), será

comunicado hoje da decisão judicial e não poderá utilizar os dados apurados pela Comissão.

"É uma decisão judicial e teremos que respeitar. Vou receber a liminar amanhã (hoje) em meu gabinete na Assembleia", disse.

Até agora, a CPI já ouviu 37 pessoas sobre a sonegação de impostos por empresas petrolíferas.



DILMA aposta na influência dos governadores sobre parlamentares para barrar projetos que aumentem os gastos

REUNIÃO COM GOVERNADORES

# Dilma quer apoio para evitar impeachment

Presidente se reúne com 27 representantes de estados em busca de ajuda para aprovar o ajuste fiscal e impedir cassação no Congresso

BRASÍLIA, RIO E SÃO PAULO

Às vésperas do fim do recesso parlamentar, a presidente Dilma Rousseff convidou os 27 governadores para reunião hoje em Brasília, em tentativa de recompor maioria no Congresso em meio à crise política e econômica.

Além da conclusão do ajuste fiscal, Dilma quer garantir rede de apoio para impedir a aprovação de eventual pedido de impeachment e tentará construir uma agenda positiva conjunta com os estados.

O governo aposta na influência dos governadores sobre parla-

mentares de seus estados, principalmente para barrar a aprovação de projetos que elevem gastos públicos, num pacto pela governabilidade. Preocupados com a situação econômica, que impacta os estados, os governadores se dizem dispostos a colaborar e a discutir uma pauta de interesse nacional.

Os governadores reclamam que só são chamados pelo Palácio do Planalto em momentos de crise.

O governador Paulo Hartung (PMDB) diz que a reorganização das contas públicas é fundamental para a governabilidade e que não interessa a ninguém que o Brasil perca o grau de investimento.

Sobre a possibilidade de um pacto de governabilidade, ele preferiu descrever como uma convergência: "É fundamental o exercício da liderança responsável. Se formos para a luta política insana, vai dar errado para todo mundo, para quem está governando agora e para quem estiver depois."

Sobre projetos que aumentem gastos, Hartung destacou a necessidade de manter a responsabilidade fiscal. "A crise é muito grave e qualquer despesa nova, neste momento, atrapalha muito."

O governador disse ainda que é possível modernizar o País e fazer da crise uma oportunidade.

"Não é só cortar gastos, mas fazer um ajuste de olho no médio e longo prazo. A Grécia, por exemplo, aprovou reformas agora em momento de crise. Infelizmente, aqui a agenda de reformas estruturantes foi abandonada no momento em que o País crescia. Vamos ter que seguir esse caminho porque a crise é gravíssima", declarou.

Em discurso ontem no interior do Estado, o governador fez críticas: "A crise é de um governo que gastou mais do que tinha e que hoje está com as contas desorganizadas. Se não reorganizar as contas, não se adquire credibilidade interna e nem do mundo."

Dirigente petista pede saída de Mercadante da Casa Civil

Anfitrião da presidente Dilma Rousseff, que hoje entregará 3 mil apartamentos do programa Minha Casa, Minha Vida, o prefeito de Maricá e presidente do PT-RJ, Washington Quaquá, defendeu que ela se aproxime "do povo" e mude o ministério, a começar pelo titular da Casa Civil, o ministro Aloizio Mercadante.

Disse também que o PDT não deveria continuar à frente do Ministério do Trabalho, pois votou contra o governo no Congresso.

Voo para procurador só na classe econômica

RIO

A Justiça Federal de Brasília concedeu ontem liminar para suspender o ato do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que permitia aos membros do Ministério Público Federal viajar de classe executiva em voos internacionais.

A ação foi movida pela Advocacia-Geral da União (AGU). Em seu primeiro mandato, Janot editou portaria que garantiu a colegas de carreira o direito de viajar ao exterior em classe executiva, espaço

com mais conforto aos passageiros.

A medida diferencia os procuradores dos demais servidores do órgão. Na maioria dos casos, funcionários comuns terão direito a viajar de classe econômica, enquanto os procuradores, de executiva.

A AGU alegou que a portaria violava princípios constitucionais da moralidade, economicidade e da razoabilidade, e criou o direito para uma categoria de agentes públicos o direito de viajar em classe executiva sem a previsão de lei federal, assim como criou despesa.